

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.011

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS: COMO SE DÁ ESSA ABORDAGEM?

RITA CAROLINA DA G. F. JERÔNIMO

Mestra em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, gondimritacarolina@gmail.com

FRANCISCA CÍCERA DE LIMA

Graduada em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Francisca.lima01@aluno.edu.br;

RESUMO

Os negros vivem uma história de marginalização diante da sociedade, ao qual lutam constantemente por seus direitos. Para que se possa reduzir esse processo contínuo de racismo e preconceito, é necessário trabalhar as questões étnicas raciais no meio educacional. E sabemos que o ensino da EJA atua com uma proposta de reduzir as desigualdades históricas existentes no ensino de Jovens e Adultos. Atualmente, existem práticas afirmativas no ensino das questões raciais nas demais modalidades de ensino, porém pouco se sabe sobre essa prática no ensino da EJA. Para isso é imprescindível que se faça uma análise referente à formação docente e a sua atuação com relação ao ensino da História e Cultura afro-brasileira e dos Africanos, bem como ocorre sua aplicabilidade. Diante de todo esse contexto e sabendo que as questões étnicas raciais, de acordo com a Lei 10.639/03, devem ser abordadas no âmbito educacional, surge, então, a pergunta: Como ocorrem as discussões étnicas racial no ensino da EJA de Jaguaribe? Diante desse questionamento esse trabalho procurou analisar como ocorrem as discussões étnico raciais no ambiente de ensino da EJA, em uma escola pública na cidade de Jaguaribe-CE. Para isso foi utilizada uma abordagem investigativa qualitativa através da triangulação entre documentos relacionados à educação como BNCC, LDB, documentos escolares como PPP, planos de aula e observações em turmas de EJA com os devidos registros. Levando-se a constatação da deficiência em discussões, debates relacionados à temática dentro do ambiente de ensino da EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino Étnico Racial, Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é repleta de contribuições de povos como os indígenas, os europeus e os negros. Dentre os citados, os negros são os que mais enfrentam lutas para romper o preconceito e a discriminação. Essas lutas são decorrentes da resistência daqueles que sempre detiveram o poder e que, em muitos casos, não aceitam a ascendência do negro no meio social, sendo esse o principal motivo do Brasil ter sido a última nação americana ao abolir a escravidão (MEZADRI, 2017).

Desde então, os negros vivem uma história de marginalização diante da sociedade, ao qual lutam constantemente por seus direitos. Direito à uma boa educação, à saúde, ao trabalho e direito de expressar seus costumes. Um povo que, em sua maior parte, não recebe o devido reconhecimento por suas contribuições na construção social e cultural do país como as danças, comidas, músicas e religião (ARAÚJO; AMARAL, 2019).

Para que se possa reduzir esse processo contínuo de racismo e preconceito, é necessário trabalhar as questões étnico raciais desde cedo no meio educacional. Essa proposta de se estudar e discutir a história dos afrodescendentes tornou-se obrigatória com o surgimento da Lei 10.639/03. Porém mesmo com tantos anos, ainda são frequentes os obstáculos para a sua real aplicação, que vai desde a ausência de uma formação adequada para o professor, à escassez de conteúdos nos livros didáticos (RIBEIRO, 2016).

Sabemos dos níveis de ensino existentes, que são a educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. Mas entre esses existe ainda o ensino de Jovens e Adultos, como modalidade de Ensino Básico, que atua com uma proposta de reduzir as desigualdades existentes na sociedade, oportunizando a continuidade e formação na educação para aqueles que perderam o processo contínuo do ensino por desistência decorrente de inúmeras razões. Mesmo com poucos conteúdos e materiais didáticos disponíveis, é possível encontrar a realização do ensino das questões raciais nos demais níveis de ensino, porém pouco se sabe sobre essa aplicabilidade na EJA (GARCIA, 2017).

As dificuldades existentes em se trabalhar as questões étnico raciais nas escolas, tanto pela ausência de formação para professores, quanto pela falta de implementação de ações promovidas pela escola, causa a ausência do ensino da História e Cultura afro-brasileira e dos Africanos que contribui para a invisibilidade

dos seus direitos e dificuldades enfrentadas desde o período colonial (JERÓNIMO, 2016a).

Mesmo com tantos anos de reivindicações e de lutas, a população negra, em sua maioria desfavorecida economicamente, ainda sofre as consequências de uma exclusão social e racial. Essa realidade pode ser vista no ambiente da EJA (Educação de Jovens e Adultos) que passa a ser um espelho quando em suas salas de aula se constata muitos alunos afrodescendentes, que estão lá por terem tido um contexto socioeconômico desfavorável, que precisaram sair da escola para trabalhar e complementar a renda familiar (FERRAZ 2016).

O público da EJA são jovens, adultos e idosos que buscam finalizar sua formação básica escolar, no qual sabemos que as idades podem ser bem contrastantes entre os alunos. E que em questão racial, seu maior público são indivíduos negros. Se analisarmos, é perceptível a existência de um grupo que se destaca e consegue a conclusão de seus estudos básicos em comparação com os grupos afro-brasileiros, que compõem o maior número de pessoas no país que não sabem ler ou escrever (GARCIA, 2017).

Com o surgimento da Lei 10.639/03 espera-se que os conteúdos dos livros didáticos contenham essas discussões, bem como o professor tenha uma formação adequada para estar direcionando este ensino de forma adequada, o que na realidade ainda não está sendo efetivado como se deve. Assim, diante dessa dificuldade, o núcleo de estudos NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena) do IFCE, atua em parceria com algumas escolas no município de Jaguaribe realizando intervenções sobre as questões étnicas raciais. Suprindo, de certa forma, essa ausência de discussões dentro das escolas.

Assim como as demais instituições de ensino, a EJA como modalidade de ensino, também assume o compromisso de destinar uma educação de qualidade e inclusiva, no qual se trabalhe as potencialidades dos alunos, seus conhecimentos prévios, considerando o contexto social em que os estudantes estão inseridos, trazendo à tona as questões étnico raciais no Brasil (ANTONINO, 2015).

Diante de todo esse contexto e sabendo que as questões étnico raciais, de acordo com a Lei 10.639/03, devem ser abordadas no âmbito educacional, surge, então, o questionamento: Como ocorrem as discussões étnico raciais no ensino EJA de Jaguaribe?

Buscando resposta para tal questionamento, este trabalho teve como objetivo analisar como ocorrem as discussões étnico raciais em turmas de EJA, em

uma das escolas na cidade de Jaguaribe-CE. Para isso, foram realizadas análises de documentos escolares como PPP e planos de aula, material didático utilizado pelo professor (a), proposta curricular e observações das aulas e as Leis educacionais vigentes.

DESENVOLVIMENTO

O ensino EJA se destina ao ensino de pessoas, que por algum motivo, não conseguiram concluir seus estudos na “idade adequada”, estando incluída como modalidade do ensino básico, atendendo ao nível fundamental e médio tanto para adolescentes, adultos e idosos (DUTRA, 2017).

Ao consultarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), na seção V, art. 37, parágrafo 1º, podemos constatar o asseguramento da disponibilidade gratuita do ensino a todos que necessitarem e que não se enquadrarem no período regular de ensino, respeitando, dentre outros fatores, seus interesses, condições e história de vida. Ainda, de acordo com a LDB 9394/96 o ensino de jovens e adultos (EJA) visa atender, principalmente, trabalhadores ao se deixar clara a preferência em se articular esse ensino com a educação profissional (BRASIL, 1996).

Para compreendermos um pouco o percurso do ensino de jovens e adultos, iremos retratar um breve contexto histórico com base em alguns pesquisadores que se dedicam a estudar, discutir e analisar o ensino EJA no Brasil. A preocupação em relação à educação de trabalhadores surge desde a independência do Brasil, uma educação voltada à aquisição de mão de obra, o que mesmo assim, não teve mudanças significativas em relação à quantidade de pessoas que não sabiam ler nem escrever (JERÓNIMO; FURTADO, 2016b).

A EJA tem um contexto histórico marcado por ações conjuntas de pessoas da área da educação, que buscavam modificar a realidade presente no país em relação às pessoas que detinham um baixo, ou mesmo nenhum, nível de escolaridade. Foram períodos em que não existiam, ainda, políticas educacionais que pudessem ser aplicadas ao ensino de jovens e adultos, até então, analfabetos (JERÓNIMO; FURTADO, 2016b).

O percurso da educação de jovens e adultos segue uma linha cronológica na qual, a partir da Constituição de 1834, passa a vigorar o direito à educação, mesmo que primária, de forma gratuita e para todos. Entende-se com isso que adolescentes e adultos estavam incluídos, porém isso não se figurou como realidade, sendo

esse direito à educação, garantido às crianças, e ainda assim uma educação de má qualidade e que poucos tinham acesso. Negros, indígenas e mulheres eram excluídos do direito à educação (HADDAD; Di PIERRO, 2000).

Somente após a revolução de 1930, no final da década de 1940, que a educação de jovens e adultos veio a ter um destaque dentro das políticas educacionais. Em 1947, surgiu o Serviço de Educação de Adultos (SEA) criado pelo o, então, Ministério da Educação e Saúde (SILVA; LIMA, 2017), no qual foram desenvolvidas atividades voltadas para o ensino e distribuição de material didático, bem como realização de campanhas de conscientização da população. Essas ações se estenderam até 1950, recebendo o nome de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), o que permitiu a criação de infraestrutura nas escolas destinadas à educação desses jovens e adultos (HADDAD; Di PIERRO, 2000).

Nesse período entra em cena o professor Paulo Freire com sua grande contribuição para a alfabetização de jovens e adultos, no qual gerou um grande avanço referente à metodologia de ensino. Através de suas atitudes humanistas (no qual sofreu represálias e posteriormente sendo exilado do país), Freire se dedicou a mudar a injustiça social e a reverter a privação à educação da população em situações menos favoráveis. Sua dedicação, observação e estudo lhe permitiu desenvolver no final da década de 50, o Método de Alfabetização Paulo Freire, no qual suas técnicas são mencionadas e utilizadas até os dias atuais (FREIRE-DOWBOR, 199-?).

Conforme o histórico traçado por Haddad e Di Pierro (2000), entre os anos de 1959 e 1964, foi um período de grandes conquistas e desenvolvimento na área da educação para jovens e adultos, resultando no surgimento de ações como: "Movimento de Educação de Base", "Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" e o "Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura." No entanto, todas essas ações foram desfeitas no período do golpe militar no ano de 1964, um período de grandes repressões. Somente após insistentes críticas das ações aplicadas, surge em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em seguida surge o Ensino Supletivo, já em 1971

As conquistas com relação à educação das questões étnicas raciais são frutos de lutas e reivindicações da população negra. As lutas trouxeram modificações que resultaram na criação de Leis específicas para tal, como, por exemplo, a formulação da Lei 10.639/03 que traz como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede de ensino. E a partir dela, surgiu a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (GODOY, 2017).

Levando em consideração essa obrigatoriedade, espera-se que também ocorra modificações com relação à formação inicial e continuada dos professores. Nesse contexto, podemos ver que nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada de 2015, deixa claro o que os professores devem ter durante sua formação.

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdo específico da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p. 11).

Mais recentemente também podemos observar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (BRASIL, 2019, p. 5) em seu Capítulo III referente à Organização curricular dos cursos superiores para a formação docente, em seu Art. 70 inciso XIV tem como um de seus princípios norteadores a “adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira”.

Roesler, Corrêa e Pias (2017) trazem em seu trabalho a importância da formação inicial dos professores direcionada às questões étnicas raciais, já que essas estão previstas para o ensino na educação básica. Desse modo, torna-se fundamental que os professores tenham compreensão de todo o contexto histórico dos povos africanos e afro-brasileiro e suas contribuições para nossa sociedade, sendo que serão eles os responsáveis por estar trabalhando a temática com os alunos em sala de aula.

Porém, nem todos os cursos de formação inicial de professores apresentam em suas grades curriculares a temática em questão. Em muitos casos essas discussões ficam a cargo dos próprios professores que buscam incluí-las em seus cronogramas (MELO, 2016). Em muitas instituições de Ensino Superior, tentando suprir uma carência na promoção da igualdade racial, contam com a presença dos

Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) que proporcionam encontros com finalidades de gerar discussões e formação tanto para professores quanto para alunos, estando aberto à participação, também, da sociedade. Sendo, dessa forma, uma alternativa para os futuros professores aprofundarem os conhecimentos sobre as relações étnicas raciais (ALVES, 2017).

Diante dessas lacunas existentes na formação inicial dos professores referente a uma base teórica sobre as questões étnicas raciais, o que se constata é uma dificuldade desses profissionais em estar atuando com conhecimento e boas metodologias que possibilitem trabalhar essa temática com seus alunos em sala de aula (RIBEIRO; SOUSA; SILVA, 2020b).

A professora Nilma Lino Gomes (em seu capítulo intitulado como Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação, no livro *Superando o Racismo na Escola* organizado pelo professor Kabengele Munanga), vem abordando sobre essa importância do professor ter uma aproximação com relação aos conhecimentos teóricos e até mesmo uma vivência com comunidades negras, com as culturas oriundas dos povos negros para aprofundar sua autonomia diante de questões delicadas como racismo, intolerância religiosa e demais conflitos existente na nossa sociedade sobre a equidade racial (GOMES, 2005).

O NEGRO E A EDUCAÇÃO: DA OPRESSÃO ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* relata a relação dos oprimidos com seus opressores, estes, que usam muitas vezes de violência e exploração para crescimento do seu próprio poder. Porém, é através desse sentimento de opressão que os próprios oprimidos irão encontrar forças para lutar por sua humanidade contra aqueles que os reduzem (FREIRE, 1987).

De fato, em muitas vezes essa opressão ocorre de uma forma a se imaginar certa solidariedade, como foco em reduzir ou mascarar aos oprimidos sua preocupação em se manter uma “ordem”, que para eles é o fato dos mesmos se manterem no topo, enquanto os oprimidos devem se conformar com sua realidade e agradecer por suas “generosidades” que tem por objetivo mantê-los na miséria (FREIRE, 1987).

Todo esse contexto de opressor e oprimido retrata muito bem a vida e luta da população negra no Brasil, que mesmo após a abolição continuaram sofrendo opressão por conta de sua origem e sua cor. Sendo-lhes negados inúmeros direitos, entre eles a educação, reforçando a sua marginalização na sociedade.

O antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga, em seu livro *O NEGRO NO BRASIL DE HOJE*, relata toda essa história vivenciada pelo afro-brasileiro na luta por um lugar à sociedade. Após a libertação instituída por Lei, os negros enfrentaram uma inconformidade pela sociedade brasileira, sendo assim, por mais que eles fossem libertos, isso não foi o suficiente para lhes garantir direitos iguais (MUNANGA, 2016).

Também podemos confirmar esse fato ao ler o livro produzido pelo MEC em parceria com a Universidade Federal Fluminense, no qual encontramos informações sobre o negro e a educação que lhe era destinada desde o período escravocrata, onde no século XVI, período da educação jesuíta, o negro era proibido de frequentar escola ou passar por qualquer nível de instrução. Com o passar das décadas, essas restrições foram passando por modificações, sendo as maiores no século XIX (FONSECA, 2016).

Chegando ao século XIX, mesmo com a existência de negros libertos ou nascidos livres pela Lei do Ventre Livre, existiam províncias que deixavam clara a proibição de negros frequentar escolas públicas. Algumas outras, até permitiam a presença de negros, mas somente aqueles que fossem livres. Porém, junto a essa permissão tinha a existência da preocupação em se distanciar alunos negros e livres dos demais alunos, o que resultou na elaboração de aulas noturnas com a justificativa de não criar desconforto para os alunos brancos (FONSECA, 2016).

Nos pós-abolição, se tornaram mais frequentes as lutas da população negra por seus direitos, no qual almejavam ser tratados como cidadãos e com igualdade, o que incluía a educação, tendo em vista que era grande o número de analfabetos negros. E para isso surgiram associações, como a Frente Negra Brasileira, que concebia educação com o objetivo de proteger e tornar o negro mais bem visto na sociedade (DOMINGUES, 2016).

Já no final do século XIX às décadas iniciais do século XX, com o crescimento da urbanização e industrialização, ocorreu um crescimento na rede de ensino. Entre as várias escolas surgidas na época, estavam as escolas criadas por negros e destinadas aos mesmos. Tal ação se devia, em grande parte, pela dificuldade em se conseguir ingressar nas outras escolas devido a discriminação existente na época, onde mesmo não existindo proibição, grande parte das escolas não aceitavam pessoas de cor, mesmo ela tendo condições financeiras (DOMINGUES, 2016).

E apesar da opressão direcionada ao povo negro, foi a determinação em se mudar a violenta desigualdade existente, que os descendentes de escravizados

iniciaram um constante processo de luta e resistência que marcaram grandes momentos da história do Brasil que resultaram em inúmeras conquistas. Porém, uma luta que ainda se mantém mesmo séculos após a escravidão, ainda lutam por seus direitos, por igualdade e por respeito (MUNANGA, 2016). Com o passar dos anos através dessas grandes lutas por esses direitos e com a conquista de algumas delas, o negro no Brasil ainda vive à margem da sociedade se comparados com os brancos. São os brancos detentores da maior porcentagem de renda e maior acesso à educação.

A desigualdade racial e a de renda se tornam expressivas ao se analisar a divisão existente no país, entre pobres e ricos os negros estão em maior quantidade na classe pobre, e essa desigualdade é fruto de um processo histórico no qual o negro foi e ainda é discriminado na sociedade brasileira, onde em muitos casos essa discriminação ocorre de forma velada (MUNANGA, 2016).

Para Munanga (2016), existem duas formas de se romper o preconceito e a discriminação, a Legislação Penal e as ações afirmativas. A primeira forma, apesar da existência de algumas Leis que defendem os negros e pune qualquer ato discriminatório, parte da população ainda é leiga sobre suas aplicabilidades. Dentre as Leis podemos citar o Código Penal, art. 140, parágrafo 3º - Injúria discriminatória, a Lei 7.716/89 - Crime de racismo. Bem como aquelas voltadas para a educação como a Lei 10.639/03 - Obrigatoriedade da inclusão da História da África e cultura Afro-Brasileira no currículo nacional das escolas públicas e particulares da educação básica e a aprovação das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana.

Com relação às ações afirmativas, elas vêm com o objetivo da criação de políticas que possam promover a igualdade de oportunidades para os povos que historicamente enfrentam barreiras discriminatórias dentro da sociedade brasileira. Essas políticas são ações que estão ligadas às áreas de saúde, trabalho, política e educação. Essas ações podem ocorrer de diversas formas, mas as mais comuns são a criação de bolsas de estudo, cursos de qualificação e a reserva de vagas tanto em Universidades como no mercado de trabalho (MUNANGA, 2016).

Essas ações, resultantes das manifestações por direito de igualdade para a população negra, não foram conquistas fáceis e até hoje encontram críticas sobre a "injustiça" na criação de cotas, onde partes dos brancos alegam que todos têm a capacidade de conseguir seu espaço por mérito.

Isso nos remete novamente ao pensamento de Paulo Freire (1987) no qual fala que na luta contra o opressor, o oprimido realiza um processo de libertação que torna livre não somente a si, mas também, ao seu opressor. Mas, esse opressor passa a não aceitar essa inversão da “ordem”, ele passa a alegar que está sendo oprimido. O fato de que algo que antes era o comum para si, o faz alegar que seus direitos estão a ser negados, enquanto os direitos que eram negados àqueles que sentiam fome, que não tinham educação, era algo normal não lhe causando incômodo algum, ou seja, o direito a privilégios deve pertencer somente a eles, uma vida humanitária digna, convém apenas a eles, os demais são apenas inferiores, são coisas.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, no qual se classifica como um estudo de caso, onde segundo Severino (2007, p. 121) é uma “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

Inicialmente, para a realização deste foram feitas análises de documentações como PPP e planos de aula, proposta curricular no qual esta técnica está ligada à “identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho” (SEVERINO, 2007, p. 124). Para isso, foi necessária uma visita inicial à escola no qual ocorreu a pesquisa, para autorização e coleta dos documentos.

Em sequência, ocorreu a etapa de observação, no qual foram realizadas observações das aulas, com a finalidade de analisar os temas abordados em aula, e se dentre eles é discutida a temática dos povos afro-brasileiros, suas lutas e contribuições desde o período escravocrata, bem como a análise da didática utilizada pelo professor (a). Os registros das observações foram realizados através de diário de campo.

Durante as análises das informações, os dados encontrados foram confrontados e discutidos de acordo com documentos Legais na área da educação, como: BNCC (Ensino de História), LDB 9394/96 (Educação de Jovens e Adultos), DCN (Educação das Relações Etnico-Racial), Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 10. 639/03.

Esperamos que através desse trabalho, seja possível despertar uma análise crítica, buscando contribuir sobre a importância e relevância de uma formação docente destinada à educação das relações étnicas raciais, para assim ser possível ocorrer à aplicabilidade do que se está previsto por lei com a devida qualidade e equidade desejada, considerando, sobretudo, a especificidade do ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Para tal, foram feitas discussões sobre assuntos voltados para a formação docente e a aplicabilidade de discussões étnico raciais, o contexto histórico do negro e o ensino destinado aos mesmos, bem como as conquistas adquiridas através de suas lutas e protestos por seus direitos e melhor qualidade de vida. Para reforçar tais discussões traremos autores que voltam seus trabalhos para tais temáticas como: DUTRA, JERÔNIMO e FURTADO, SILVA e LIMA, Haddad e Di PIERRO, FREIRE-DOWBOR, GODOY, MELO, ALVES, RIBEIRO; SOUSA e SILVA, PAULO FREIRE, NILMA LINO GOMES, FONSECA, DOMINGUES e KABENGELE MUNANGA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a autorização da parte gestora da escola para acesso ao PPP e observações das aulas, foi possível dar início às análises necessárias para realização do trabalho. E como passo inicial foi feita a análise com relação ao PPP da escola.

Após leitura do documento pode-se ver que ele traz informações básicas relacionadas à quantidade de alunos, as séries que existem na escola em relação à educação infantil e fundamental I, quantidade de profissionais atuantes na escola (dentre eles a quantidade de professores) e que no local também tem o ensino EJA, nos níveis do fundamental I e II.

Apesar de tais informações básicas e fundamentais em um PPP, porém o documento é muito breve em suas informações, ele é extremamente básico e possui pouco mais de 10 páginas. E, principalmente, não faz menções relacionadas a qualquer tipo de discussões ou projetos que possam ser incluídos na temática étnica racial, ou qualquer outro projeto.

O fato de o próprio documento escolar não aprofundar mais informações sobre sua atuação com o corpo discente e suas metas, já fica em desalinho com o que vem descrito em documentos da educação como a BNCC. Levando-se em conta que na própria BNCC vem trazendo em suas **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS**

DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL alguns tópicos ao qual podem ser incluídas as discussões sobre a história dos povos afro-brasileiros:

3. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

4. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações (BRASIL, 2017, p.402).

Durante cerca de três meses foram feitas observações dos planejamentos dos professores, das discussões em reuniões, assim como das aulas aplicadas. Através disso, foi possível constatar que não existiu nenhum momento em que as discussões sobre a temática ocorreram. O que se teve foi mais do mesmo, pequenas atividades em folhas de papel falando da descoberta do Brasil e sobre a escravidão dos negros. Nada de aprofundamentos e discussões reflexivas.

Ressaltando que as observações foram feitas diariamente, em turno noturno, tanto para os planejamentos quanto para as aulas. Isso permitiu ter acesso a aulas variadas, de várias disciplinas, bem como observar os planejamentos de todos os professores atuantes em turmas EJA. E mesmo assim, não teve um momento voltado para esse tipo de abordagem, uma ativa, um vídeo ou um texto, ou seja, nada além de atividades infantis e simples. Algo totalmente distante da capacidade dos alunos, já que não crianças.

Em seu trabalho, Oliveira ressalta como a imagem dos povos negros ainda é vinculada na atualidade, de como isso ainda gera uma visão negativa para a população afro-brasileira, bem como isso impede a existência de referências que possa formar o sentimento de pertencimento e orgulho entre vários dos seus descendentes atualmente

Até hoje, as imagens que são veiculadas sobre a África quase sempre colocam em destaque os aspectos negativos, como atraso, guerras tribais, selva, fome, AIDS etc. Dificilmente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens de reis e muito menos as de uma cidade moderna africana [...] A distorção da história africana está entre os maiores responsáveis pela perpetuação da imagem dos negros como tribais, primitivos e atrasados. Portanto, as comunidades de origem africana nas Américas sofrem até hoje a falta de referência histórica

que lhes possibilitaria uma autoimagem positiva (OLIVEIRA, 2015, p. 23, 25).

Vem dessa necessidade a importância em se incluir discussões sobre questões étnicas raciais dentro da escola desde seus níveis iniciais, e por que não também dentro das salas de aulas do ensino EJA? Sendo onde podemos encontrar, em sua maioria, alunos negros, que por motivos diversos tiveram que abandonar a escola, ficando muitas vezes à margem da sociedade. Temos várias Leis que abordam sobre a importância da existência sobre trabalhar na educação básica a história e contribuições dos afro-brasileiros para nossa nação, sua opressão, suas conquistas e contribuições, como podemos constatar ao ler as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (art. 26, S40 da LDB). Ainda conforme o artigo 26 A, alterado pela Lei no 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"), a História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias (BRASIL, 2013, p. 114).

A verdade é que não se tem muito investimento e foco para o ensino EJA dentro do município, começando pela quase inexistência de formação continuada para os professores e finalizando com as poucas opções de material didático para ele.

Em uma das reuniões ocorrida com representantes da Secretaria de Educação do município, foi questionado sobre a possibilidade do fornecimento de livros e materiais didáticos voltados para os alunos do ensino EJA. A resposta obtida foi que não existiam livros para esse segmento e que estudariam a possibilidade de montar ou pesquisar a existência de algum material já pronto. Até a finalização do período de observações, nenhuma resposta foi obtida com relação a isso.

Em sua Tese, Melo reforça o fato da pouca existência de um livro/material didático para o ensino EJA e de como esse assunto fica em segundo plano, praticamente sem uma importância relevante vinda do poder público

Essa ausência de pesquisas sobre materiais didáticos para EJA se explica por vários fatores. Um deles é a dificuldade de localizar essa ampla produção, dispersa no tempo e pulverizada geograficamente. A riqueza e variedade dessa produção advém da participação de vários sujeitos, que, na ausência de uma atuação contínua do poder público, tem ocupado um lugar de protagonismo na organização de experiência na EJA (MELO, 2010, p.25).

Nessas situações vemos que o que se está previsto por Lei fica apenas no papel. Na própria LDB já vem trazendo os direitos dos alunos do Ensino EJA, no qual assegura que

1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, p. 18).

A LDB não é a única que vem trazendo direitos que devem ser assegurados para o ensino de Jovens e Adultos. No Estatuto da Igualdade Racial além de reforçar a obrigatoriedade do ensino sobre a história da população negra no Brasil, diz que "S 22 O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo" (BRASIL, 2010, p. 3).

O que se percebe é que a deficiência em se existir material adequado para esse segmento de ensino, também contribui para a falha na inclusão, de forma adequada, sobre as discussões étnicas raciais. Infelizmente, os professores trabalham com livros da educação infantil e fundamental, onde em sua maioria o próprio conteúdo torna-se infantilizado para os alunos que apresentam idades superiores a vinte anos, muitos deles já idosos.

Ainda em sua Tese sobre a discussão da importância do material didático para o público do ensino EJA, Melo diz que

A natureza complexa da EJA e dos recursos didáticos a ela destinados, exige referenciais teóricos que possam embasar a definição do material

didático para esse público, assegurando, portanto, recursos que permitam delimitar estratégias para estabelecer formas de agrupamento e recortes de seleção dos objetos e fontes de estudo. Tornando o processo de ensino aprendizagem mais adequado a essa especificidade, reconhecendo também que a qualidade na interação entre os alunos e os materiais adotados contribuem de modo decisivo (MELO, 2010, p.29).

Outra falha se encontra na formação continuada/capacitações dos professores. É fundamental existir um trabalho voltado para a formação do professor para a aplicação de ações, atividades, discussões com os alunos, proporcionando um sentimento de pertencimento para aqueles alunos que são negros, bem como a compreensão e respeito para os demais alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de material e trabalhos voltados para essa temática, é muito escassa, o que dificulta muito a análise aprofundada. O que possibilitou ocorrer uma discussão foram as experiências vivenciadas nas observações, as Leis educacionais vigentes e alguns poucos trabalhos encontrados.

Levando-se em consideração os resultados encontrados, pode-se dizer que os objetivos foram parcialmente alcançados, mesmo que de forma um tanto negativa, já que não foi possível presenciar um momento educativo que englobasse as discussões étnicas raciais para assim se conseguir fazer uma análise de como essas discussões ocorrem.

Então, conclui-se que no ambiente EJA, ao menos nessa escola observada, não ocorrem discussões éticas raciais, como realmente deveriam ocorrer e com material adequado para seu público.

Por mais que não exista material de apoio, não vejo isso como justificativa para deixar determinados temas sendo abordados de forma tão superficial e, de certa forma, ultrapassada. É muito triste ver que atualmente ainda existe pouca valorização na educação EJA. O que foi possível ver foram os intensos esforços para o aprendizado nas disciplinas de português e matemática, o que é compreensível levando-se em conta que são alunos que apresentam pouca evolução na leitura e em cálculos.

Muito dessa falha, se deve ao pouco preparo e foco na capacitação de professores, como já mencionado. Reforçar essa importância é fundamental, pois

estimula e deixa o professor mais confiante em direcionar esse tipo de discussão, e não somente sobre a temática étnica racial.

O que foi perceptível em alguns momentos foi, não só a falta de capacitação dos professores para essas discussões, como a falta de experiência de atuação no ensino para jovens, adultos e idosos na educação EJA. Isso possivelmente aprofunda o problema em se destinar um ensino infantilizado e pouco planejado para essa classe etária de alunos.

Mas mesmo com essa realidade presente, não se deve deixar em segundo e até mesmo em terceiro plano, o aprofundamento em outras disciplinas e na geração de diálogos, discussões sobre diversos assuntos sociais, como a história dos afro-brasileiros do nosso país, sua história de sobrevivência e de como até hoje essa parte da sociedade brasileira ainda sofre com a desigualdade, preconceito e o racismo.

O ensino EJA merece e deve receber a devida atenção, assim como os demais níveis educacionais existentes em nosso país. Não somente por estar previsto em Leis da educação, mas também por respeito a aquelas pessoas que sofreram ou sofrem pela desigualdade em nossa sociedade, seja ela por questões étnicas ou financeiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marta Mariano. **Lei 10.639/03, formação docente e NEABs: a democratização do currículo como um desafio para a educação brasileira.** Revista Cadernos do Aplicação, Porto Alegre, v.30, p. 33-47, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/68405>. Acesso em 28/10/2020.

ANTONINO, Maria do Socorro Flor. **Para além do didático: Literatura Africana na EJA à luz da Lei 10.639/03.2015.** III Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Humanidades. Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira-PB, 2015. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3104>. Acesso em: 07/08/2020.

ARAÚJO, Leila Gonçalves Silva; AMARAL, Alessandro Freitas do. **A importância do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental.** Revista Acervo Científico/EJSC, Patos de Minas, v.2, p. 1-7, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/issue/view/58>. Acesso em: 08/08/2020.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/at020072010/2010/1ei/112288.htm>. Acesso em: 14/03/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27/03/2022.

BRASIL. Ministério da educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/1eis/19394.htm>. Acesso em: 20/03/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 25/03/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (curso de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. CNE/CP 002/2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica** (Informação). CNE/CP 002/2019. Disponível em: www.portal.mec.org.br. Acesso em 29/10/2020.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei no 10.639**, Brasília, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/1eis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 05/08/2020.

DOMINGUES, Petrônio. Um “TEMPLO DE LUZ”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aronovich Pombo de. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. I. ed. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329362.

FERRAZ, Bruna Rocha. **EJA e Educação para as relações étnico-raciais: uma proposta de pesquisa-ação em uma escola do Guará/Distrito Federal.** 2016. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso em: 08/08/2020.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil.** In: FONSECA, Marcus Venícius; BARROS, Surya Aronovich Pombo de. (Orgs.). A história da educação dos negros no Brasil. I. ed. Niterói: EdUFF, 2016. p. 2350.

FREIRE-DOWBOR, Fátima. **Paulo Freire, um precursor.** Livro de Domínio Público Ministério das Relações Exteriores. [199-?]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 12/09/2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Camila. **EJA: pensando em raça e gênero.** Revista Escritos e Escritas na EJA, Rio Grande do Sul, n. 8, p. 84-89, 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/niepeeja/escritos-e-escritas-na-eja>. Acesso em: 06/08/2020.

GODOY, Eliete Aparecida de. **A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei 10.639/03.** Revista Educação PUC, Campinas, v.22, p. 77-92, 2017. Acesso em 28/10/2020.

GOMES, Nilma Lino. **EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS: REFLETINDO SOBRE ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO.** In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na escola.** 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, no. 14 maio/ago., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 12/09/2020.

JERONIMO, Bruna de Oliveira. **O professor da EJA e a Educação das Relações Étnico Raciais-ERER's**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br>. Acesso em 07/08/2020.

JERONIMO, Rita Carolina Gondim da Fonseca; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Educação de jovens e Adultos: **A prática docente em escola pública municipal de Maracanaú, Ceará**. 2016. 119 Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação-FACED. Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza – Ceará, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21842>. Acesso em: 12/09/2020.

MELO, Paulo Eduardo Dias. **Material didático para educação de jovens e adultos: história, formas e conteúdo**. Tese de Doutorado, USP. São Paulo: s. n., 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-26012011-142038/pt-br.php>. Acesso em 11/04/2022.

MELO, Thiago da Silva. **FORMAÇÃO DOCENTE NA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**. Revista Caderno Inter saberes, [S.l.], v.5, p. 8-25, 2016. Disponível em: <https://www.uninter.com>. Acesso em 24/10/2020.

MEZADRI, Jéssica Fernanda. **A voz do afrodescendente quilombola: cultura, identidade e ethos discursivo como imagem de si**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://tede.upf.br/ispui/handle/tede/1189>. Acesso em: 08/08/2020.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

OLIVEIRA, Alberto Lopes de. **A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS EM TURMAS DE EJA DO ENSINO FUNDAMENTAL EM BELO HORIZONTE: Possibilidades e desafios**. Belo Horizonte. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ADQN2F>. Acesso em: 10/04/2022.

RIBEIRO, Sofia Regina Paiva. **A Lei no 10.639/03 no contexto da Educação de Jovens e Adultos no CEJA Donaninha Arruda, em Baturité.** Revista Docentes, Baturité, v. I, p. 1-13, 2016. Disponível em <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br>. Acesso em 06/08/2020.

ROESLER, Gabriele Maidana; CORRÊA, Julia Batista; PIAS, Fagner Cuomo. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM RELAÇÃO A CULTURA AFRODESCENDENTE NO BRASIL.** In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL**, 17., 2015, cruz Alta. Anais eletrônicos. cruz Alta: UNICRUZ, 2017. Não paginado. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/Mercosul/página/anais/2018>. Acesso em: 25/10/2020.